

INSERÇÃO DAS TEMÁTICAS GÊNERO, SEXUALIDADE E DIVERSIDADE NO ÂMBITO ESCOLAR: ALGUMAS REFLEXÕES

Autora: Gabrielle Cabral Pereira; Co-autora: Marina Kadidja Castro de Barros; Orientadora: Jeane Félix.

Universidade Federal da Paraíba

gabrielle_pera@hotmail.com

mkadidja@hotmail.com

jeanefelix@gmail.com

Resumo

Abordar questões de gênero, sexualidade e diversidade na escola, quase sempre, se configura como uma dificuldade, um “tabu”. Parte dessa dificuldade ocorre pelo despreparo das/os profissionais da educação para abordar tais temas, contudo, esses são temas contemporâneos, comentados nas redes sociais e com bastante informação disponível pela internet e, desse modo, a escola precisa pensar e trabalhar essas questões de modo educativo. Assim, neste trabalho, visamos discutir sobre a abordagem de temas relacionados a gênero, sexualidade e diversidade no âmbito escolar, a partir de matérias jornalísticas que discorrem sobre a temática, mostrando casos sobre a opinião de familiares que apoiam e outras, que não apoiam o ensino de gênero, sexualidade e diversidade nas escolas, bem como relatar familiares que não apoiam o ensino desses temas nas escolas

Palavras-chave: Escola sem partido, gênero, sexualidade, legislativo, educação.

Introdução

Abordar questões de gênero, sexualidade e diversidade na escola, quase sempre, se configura como uma dificuldade, um “tabu, parte dessa dificuldade ocorre pelo despreparo das/os profissionais da educação para abordar tais temas, contudo, esses são temas contemporâneos, comentados nas redes sociais e com bastante informação disponível pela internet e, desse modo, a escola precisa pensar e trabalhar essas questões de modo educativo. É preciso, para isso, investir em processos formativos para os/as profissionais docentes no tocante a esses temas.

Desse modo, o objetivo deste trabalho é discutir sobre a abordagem de temas relacionados a gênero, sexualidade e diversidade no âmbito escolar, a partir de matérias jornalísticas que discorrem sobre a temática, mostrando casos sobre a opinião de familiares que apoiam e outras, que não apoiam a abordagem das questões de gênero, sexualidade e diversidade nas escolas, bem como relatar familiares que não apoiam o ensino desses temas nas escolas. Como note, utilizaremos o Projeto de Lei apresentado na Câmara Federal pelo Deputado Izalci Lucas/PSDB, N°867/2015.

Para falarmos sobre gênero e sexualidade, precisamos entender o que cada ponto significa. Ao seguir Carvalho et al (2016), “gênero é um conjunto de sentidos atribuídos a corpos e

identidades/subjetividades; e, por extensão, a objetos, espaços e práticas materiais e simbólicos denominados femininos e masculinos, de forma dicotômica e hierárquica. “A sexualidade envolve rituais, linguagens, fantasias, representações, símbolos, convenções... Processos profundamente culturais e plurais” (LOURO, 1999). Para Burckhart (2015). “A diversidade pode ser entendida a partir de diferentes formas, sendo mais comumente relacionada às noções de variedade, pluralidade e diferença.”

Junqueira (2009), nos faz refletir sobre diversidade sexual. De modo que a questão da diversidade sexual é um conjunto dinâmico, plural e múltiplo de práticas, formas e experiências multifariamente relacionadas a vivências, prazeres e desejos sexuais, vinculados a processos de (re)configurações, representações, manifestações e assunções identitárias, geralmente objetivadas em termos de identidades, preferências, orientações e expressões sexuais e de gênero

Metodologia

Trata-se de um estudo exploratório e documental, desenvolvido a partir de matérias jornalísticas e da análise do Projeto de Lei (PL) N°867/2015, apresentado na Câmara Federal, que versa sobre o Escola sem Partido. As matérias jornalísticas e o PL são tomados como artefatos culturais, que segundo Silva (2011) educam profissionais da Educação, estudantes e famílias, ensinando modelos de conduta que devem ser seguidos nas escolas e demais espaços educativos. Em outras palavras, além dos conteúdos escolares propriamente ditos, são incorporados a estes conteúdos comerciais, leis, temas “polêmicos”, na medida em que influenciam comportamentos, além de práticas pedagógicas.

Resultados e Discussão

A colonização portuguesa deu início a história da educação em nosso país, através dos jesuítas (os jesuítas são religiosos da Igreja Católica que fazem parte da Companhia de Jesus, esta companhia tinha como objetivo inicial catequizar os índios). No século XVI o planejamento educacional foi criado pelos jesuítas, com isso, a influência da Igreja Católica no Brasil foi e é intensa.

A influência da religião Católica é evidenciada até na hora de batizar estabelecimentos de ensino, sejam públicos ou privados, demonstrando a interferência na formação do professor, bem como na confecção dos materiais didáticos. Todo este contexto nos faz refletir sobre a inserção de

temas que abordem gênero, sexualidade e diversidade, os quais muitas vezes se chocam com os princípios religiosos que insistem em adiar o reconhecimento da dignidade dos grupos excluídos.

À falta de consenso em relação a abordagem dos temas gênero, sexualidade e diversidade nas escolas, nos valeremos de duas cenas apresentadas em uma matéria jornalística para ilustrar o debate. A primeira, uma reportagem publicada pelo site O Globo, referente ao Colégio Ipê, escola de rede privada que atende estudantes da educação infantil até o 9º ano em Brasília. Nessa matéria, alguns familiares falam sobre a inserção da temática gênero no livro de crianças do 2º ano do fundamental. Ainda segundo a matéria, há no livro um conto intitulado “Maria Gomes e os cavalinhos mágicos”. No referido conto:

A protagonista é abandonada pelo pai viúvo sem condições financeiras de sustentar a filha. Disfarçada de homem por ordem de uma voz que passou a ajudá-la, Maria Gomes consegue emprego no jardim de um palácio. Até que “mesmo pensando que Maria fosse um jovem, o filho do rei se apaixonou por ela. Preocupado, o príncipe dizia à mãe: Minha mãe do coração, os olhos de Gomes matam. São de mulher, sim. Não são de homem, não”. Por fim, ele descobre que Maria é mulher, declara seu amor e vivem felizes para sempre. (O Globo, 2017).

Nessa reportagem, há relato de uma mãe que discorda do material, ela juntou outras mães e exigiu, na escola, que o assunto fosse retirado do currículo.

Em outro trecho da matéria, citando outra escola, dessa vez, o Colégio Marista de Brasília, vinculado à Igreja Católica, que oferta educação infantil e ensino fundamental, o livro “A família de Sara” também foi motivo de protesto. A história conta:

A aflição de Sara, filha adotiva de uma mãe que não era casada, por não ter quem levar às festividades da escola no Dia dos Pais. Em determinado trecho, a mãe tenta consolar a menina: “É possível ter duas mães ou dois pais, ou ter mãe e padrasto e pai e madrasta, e gostar igualmente de todos. O importante, Sara, não é como sua família é, mas como ela te trata” (O Globo, 2017).

O conto foi retirado depois que um pai reclamou. Contudo, o relato da mãe de um aluno, mostra que a retirada do material não foi coerente, já que ele trata sobre a diversidade, o respeito e os diferentes modelos familiares. Ela relata que leu o livro com o filho, que é do 3º ano do fundamental e o explicou que existe diversos arranjos familiares. As duas cenas nos indicam que há divergências

no âmbito das famílias no que diz respeito à abordagem de questões de gênero, sexualidade e diversidade nas escolas, isso reflete tanto no cenário escolar quanto na sociedade como um todo.

Essas matérias ilustram também uma interferência das famílias na autonomia pedagógica das escolas que, entre outras coisas, se relaciona à escolha dos materiais didáticos e da abordagem pedagógica desses materiais, de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN). A ameaça a autonomia da escola tem sido incentivada por projetos de lei inspirados no Escola Sem Partido. O Projeto de Lei 867/2015 tem como função “neutralizar” o ensino, privar professores e professoras de trabalharem as chamadas questões da diversidade.

Para Ratier (2016), o que ameaça o/a educadora/o é o medo de receber uma notificação extrajudicial, conforme modelo amplamente divulgado na página do movimento Escola sem Partido, destinada aos casos em que professores/as ousem fazer “doutrinação ideológica” de seus alunos e alunas. O que está em jogo aqui é um clima de vigilância de alunos/as para com seus professores/as, o que coloca em ameaça a autonomia docente e interfere diretamente na construção de uma relação de confiança entre os dois personagens centrais no âmbito dos processos educativos formais.

Além disso, precisamos refletir sobre participação das famílias na escola. Obviamente que concordamos que a participação das famílias na escola é importante para acompanhar o desenvolvimento escolar dos/as estudantes, contudo, há um limite entre essa participação e a interferência na autonomia didático-pedagógica da escola e de seus/suas docentes. Os laços entre escolas e famílias precisam ser ampliados sem que haja sobreposição nos papéis educativos desenvolvidos por ambas instituições sociais.

No tocante às questões de gênero, há que explicar que tem sido passado pelos meios de comunicação uma ideia equivocada da perspectiva com a qual esse conceito é tratado no interior do campo dos estudos feministas e de gênero, intitulada de “ideologia de gênero”. Furlani (2015) relata que esse termo foi criado no interior de alguns discursos religiosos e que sua utilização é equivocada e não reflete o entendimento sobre gênero na formação de professores/as, na educação e nas escolas brasileiras. Na mesma direção, Viviane Melo de Mendonça, aponta:

A educação para a diversidade não é uma doutrinação capaz de converter as pessoas à homossexualidade, como se isso fosse possível. O objetivo é criarmos condições dentro das escolas para que professores e alunos possam aprender e ensinar o convívio com as diferenças que naturalmente existem entre todo.

Abordar questões de gênero e sexualidade na escola é um papel importante que os(as) profissionais da educação precisam desempenhar. Penna (2016) indica que dialogar com a realidade das/os alunas/os é um princípio educacional estabelecido para tornar o ensino das disciplinas significativo. Estudar o que é vivenciado pelos/as estudantes mostra que todas as pessoas são iguais em direitos e plurais nas vivências, e que a diversidade enriquece como coletivo. Por isso a importância na formação da professora e do professor incluir temas de gênero, diversidade e sexualidade.

É crescente as acusações de que ensinar e explicar aos/as estudantes sobre gênero, diversidade e sexualidade irá influenciar na orientação sexual deles. Conforme Ratier (2016), “não há base em pesquisa para afirmar que a orientação sexual seja influenciável por alguém”. Estudar e conter em livros temas como gênero e sexualidade é indispensável para a inclusão da diversidade no ambiente escolar. Não existe só um tipo de família, só uma identidade, só uma forma de amar, nem apenas uma religião.

A formação do docente necessita abordar conteúdo e utilizar materiais que incluam, formação e identidade de gênero, determinismo biológico, sexualidades e diversidade. Salientando a importância de dialogar com as/os discentes sobre métodos e práticas educacionais.

O papel da professora/professor é incentivar as crianças a descobrirem o seu potencial, proporcionar práticas e comportamentos que não reproduzam as desigualdades e mostrar as famílias, colegas e crianças que todos nós possuímos direitos e deveres iguais.

Pesquisas sinalizam a reincidência com que a exclusão escolar aparece nas trajetórias de vidas das pessoas LGBT e são sempre associadas ao ódio e à violência perpetrados contra essa população, dentro do ambiente escolar. Como afirma Félix (2003), “A presença da repressão nos ambientes educacionais é ainda uma constante problemática e a erradicação dela é quase uma utopia, visto que reflete valores historicamente constuídos em todos/as nós.” Ou seja, as pessoas que não obedecem aos padrões femininos, masculinos e orientações sexuais apontados como “normais”, a partir da visão dos padrões sociais dominantes, são expostas, em todos os ambientes, inclusive no ambiente escolar, algumas práticas de violência são frequentes de todos os tipos. As diferenças tornam-se verdadeiras formas de desigualdades.

Diante do exposto fica esclarecida a necessidade da inserção de conteúdos voltados para temática de gênero, diversidade e sexualidade, no processo de formação dos professores/as. É preciso

discutir com maior frequência sobre as desigualdades da nossa sociedade, para sermos indivíduos conscientes e persistentes no combate a violência, como afirma Mendonça (2016).

Considerações finais

É de suma importância trabalhar temas como gênero, diversidade e sexualidade na escola e nos livros didáticos, para que se trabalhe o respeito e a equidade na escola. Também é importante inserir essa temática na formação de professores e professoras. O projeto “Escola sem Partido” tem sido bem recebido por muitas famílias, já que o discurso do Escola Sem Partido muitas vezes é associado à ideia de uma escola sem partido político. Contudo, o Escola sem Partido tem um partido muito bem definido: o partido da homogeneização, das desigualdades sociais, culturais, sexuais, raciais e de gênero. É imprescindível refletir que existem diversos modelos familiares, diversas formas de ser e existir no mundo, de expressar masculinidades e feminilidades, e de vivenciar a sexualidade. Todas as pessoas merecem respeito. É este o grande propósito de se discutir as questões de gênero e sexualidade nas escolas, para isso, é importante que a temática seja trabalhada nas escolas.

Agradecimentos

Agradecemos aos nossos familiares, nossos pais, em especial nossas mães Cristiane e Kátia (*in memoriam*), pelo carinho, amor e que sempre nos apoiaram na trajetória acadêmica.

Agradecemos as irmãs, aos Avós e tias/os pelo apoio e amor.

Agradecemos a nossa professora Dra. Jeane Félix, pelos ensinamentos, apoio e amor maternal que nos dá.

Agradecemos ao grupo no qual fazemos parte o, DIVAgens, por todo carinho e compressão que nos foi dado.

Agradecemos ao PIBIC/CNPq/UFPB, por oportunizar a realização da pesquisa que originou as reflexões produzidas neste texto.

REFERÊNCIAS

BURCKHART, Thiago. **O direito à diversidade é uma resposta à intolerância**. 2015

Disponível em: <http://justificando.com/2015/09/28/o-direito-a-diversidade-e-uma-resposta-a-intolerancia/> Acesso: 25/08/2017; 16:37

BRASIL. **Projeto de Lei 867, de 23 de Março de 2015**. Brasília

CARVALHO, Maria Eulina Pessoa, et al. **Direitos humanos das mulheres e das pessoas LGBTQI: inclusão da perspectiva da diversidade sexual e de gênero na educação e na formação docente**. João Pessoa, PB: UFPB, 2016.

FÉLIX, Jeane da Silva. **A professora de ensino fundamental e a orientação sexual na escola: além dos temas transversais**. In: CARVALHO, Maria Eulina Pessoa, et al. **Gênero e Educação: Múltiplas Faces**. João Pessoa, PB: UFPB, 2003

FURLANI, J. **“Ideologia de gênero?”** Disponível em: <<http://agenciapatriciagalvao.org.br/mulheres-de-olho-2/existe-ideologia-de-genero-entrevista-com-doutora-em-educacao-jimena-furlani/>>. Acesso em: 01 ago 2017.

GOIS, Antonio. **Religião nas escolas públicas**. 2015. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/sociedade/educacao/religiao-nas-escolas-publicas-16445981> Acesso: 25/08/2017; 15:04

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. **Diversidade Sexual na Educação: problematizações sobre homofobia nas escolas**. Brasília: MEC/SECAD, UNESCO, 2009.

LOURO, G.L. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

MARIZ, Renata. In: BARRETTO, Eduardo. **Pais interferem em escolas que abordam questão de gênero nos livros e vetam conteúdo**, 2017. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/sociedade/educacao/pais-interferem-em-escolas-que-abordam-questao-de-genero-nos-livros-vetam-conteudo-21644988> Acesso : 01/08/2017; 16:45

Não é 'ideologia de gênero', é educação e deve ser discutido nas escolas, diz pesquisadora
Disponível em: http://www.huffpostbrasil.com/2016/03/25/nao-e-ideologia-de-genero-e-educacao-e-deve-ser-discutido-nas_a_21689459/ Acesso: 23/08/2017; 10:37

PENNA, Fernando de Araújo. **O Escola sem Partido como chave de leitura do fenômeno educacional**. In: FRIGOTTO, Gaudêncio. **Escola “Sem” Partido: Esfinge que ameaça a educação e sociedade brasileira**. Rio de Janeiro, 2017.

RATIER, Rodrigo. **14 perguntas e respostas sobre o “Escola Sem Partido”**. In: Ação Educativa, **A ideologia do movimento Escola sem Partido**. São Paulo, 2016.

SÁ, Bruno Vivas. In: COELHO, Maria Thereza Ávila Dantas. **A Influência da Igreja Católica na Educação Brasileira: Da companhia de Jesus ao ensino superior**. Repositório UFBA, 2013.

Tratar as questões de gênero nas escolas é promover um futuro mais justo e sem violência. Disponível em: <http://catolicas.org.br/novidades/notas/genero-nas-escolas/> Acesso : 01/08/2017; 13:24

VIEIRA, Vanessa Alves, et al. **Gênero e diversidade sexual nas escolas: uma questão de direitos humanos**. 2015 Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/genero-e-diversidade-sexual-nas-escolas-uma-questao-de-direitos-humanos-6727.html> Acesso: 25/08/2017; 15:19

WHITELAW, Sarah. **Questões de Gênero e equidade na forma docente**. In: CARVALHO, Maria Eulina Pessoa, et al. **Gênero e Educação: Múltiplas Faces**. João Pessoa, PB: UFPB, 2003.